



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA  
CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

**SINOPSE ESTATÍSTICA**  
*do*  
**MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAIS**  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

*Aspectos Históricos e Geográficos.*  
*Alguns Resultados Estatísticos — 1945.*  
*Principais Resultados Censitários — I-IX-1940.*

---

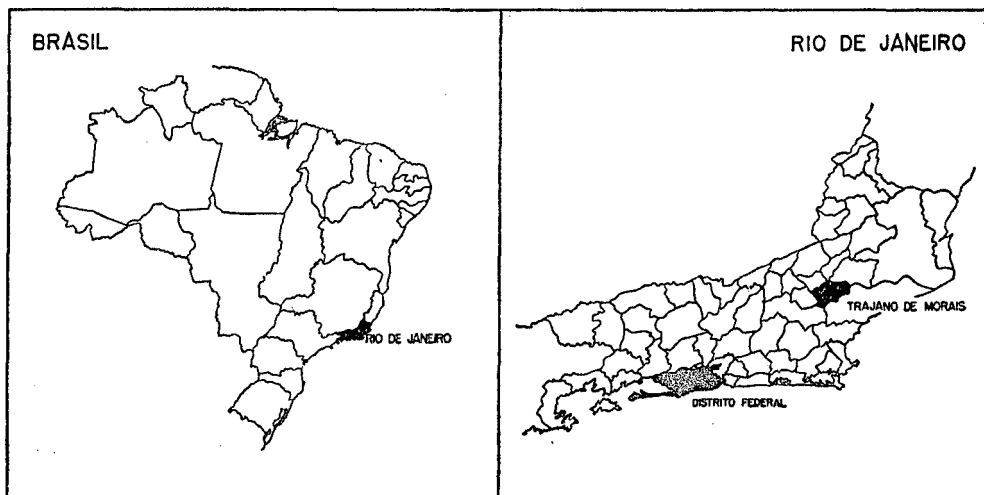
RIO DE JANEIRO  
SERVIÇO GRÁFICO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

1 9 4 8

# MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAIS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## ÁREA, POPULAÇÃO e POSIÇÃO



### ÁREA

(calculada para 31-XII-1945)

do Município ..... 541 km<sup>2</sup>  
do Estado ..... 41 666 km<sup>2</sup>  
% sobre o total do Estado: 1,30

### POPULAÇÃO

(estimada para 31-XII-1945)

do Município ..... 20 488 hab.  
do Estado ..... 2 069 452 hab.  
% sobre o total do Estado: 0,99

### POSIÇÃO DA SEDE DO MUNICÍPIO

Latitude: S. 22°06'00"      Longitude: W. Gr. 42°05'00"  
Distância em linha reta da Capital do Estado: 141 km  
Rumo em relação à Capital do Estado: ENE



# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	VII
--------------------	-----

## I PARTE

### ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

Evolução Social .....	3
Evolução Política .....	5
Distritos Componentes .....	7
Descrição do Território .....	7

## II PARTE

### ALGUNS RESULTADOS ESTATÍSTICOS — 1945

Produção .....	11
Transportes .....	11
Agências do Departamento dos Correios e Telégrafos .....	12
Melhoramentos Urbanos das Sedes Municipais .....	12
Assistência Médico-Sanitária .....	12
Ensino Primário Fundamental Comum .....	12
Bibliotecas, Periódicos e Diversões .....	12
Representações dos Estabelecimentos de Crédito .....	13
Finanças Municipais .....	13

## III PARTE

### PRINCIPAIS RESULTADOS CENSITÁRIOS — I-IX-1940

Censo Demográfico .....	17
Censo Agrícola .....	19



## APRESENTAÇÃO

*É com justa satisfação que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apresenta ao público as Sinopses Estatísticas dos Municípios Brasileiros.*

*A iniciativa reveste-se, sem dúvida, de especial significação. É que se inicia, por esse modo, o lançamento periódico de uma série de publicações que, destinadas às comunas brasileiras, atendem a compromissos estabelecidos nos Convênios Nacionais de Estatística Municipal.*

*O plano em causa abrangerá, em princípio, um conjunto de 1 669 Sinopses,<sup>1</sup> organizadas de maneira sistemática, a fim de facilitar a comparabilidade dos respectivos números. É um trabalho de vulto que deve ser visto como a síntese do esforço empreendido por todos os órgãos componentes do Sistema Estatístico Nacional, com objetivos comuns. Oferecendo a cada Município a sua Sinopse Estatística, o I.B.G.E. visa a contribuir para o esclarecimento das realidades locais e a colocar essas realidades sob os olhos de quantos se interessam pelos problemas peculiares da vida nacional.*

*Empreendimento de largas proporções, ressentido-se, nesta primeira experiência, de lacunas inevitáveis e facilmente compreensíveis, dadas as condições especiais sob as quais se processa o trabalho do desdobramento e apresentação de dados por Município. Por isso mesmo, a Secretaria Geral do I.B.G.E. receberia com vivo regozijo quaisquer sugestões sobre a presente Sinopse, bem como críticas e informações suplementares, à vista das quais será possível o enriquecimento do elenco numérico ora apresentado.*

*De acôrdo com o plano geral estabelecido, cada Sinopse Municipal é dividida em três partes.*

*A primeira, de extensão variável, reúne dados e aspectos históricos e geográficos do Município. Constitui uma tentativa no sentido de agrupar, com adequada sistematização, elementos até hoje esparsos em diferentes documentos, publicações, monografias, artigos de jornal, etc. Em relação a alguns Municípios, ocorrem, na compilação executada, divergências de opinião entre os autores consultados. Sempre que isso se verificou, foi adotado o critério do registro das várias versões, deixando-se para exame posterior o necessário esclarecimento da matéria. Nesse particular, será acolhida com o maior interêsse, por parte do I.B.G.E., tôda e qualquer cooperação, especialmente a dos historiadores*

---

<sup>1</sup> Conforme a Divisão Territorial vigente em 1945.

e geógrafos, a fim de que possamos apresentar de futuro, sem receio de controvérsia, o esboço histórico e o panorama geográfico de cada Município brasileiro.

A segunda parte apresenta resultados estatísticos referentes a vários assuntos, todos correspondentes a 1945, em comparação percentual com os do total da respectiva Unidade da Federação.

A terceira e última parte, finalmente, reproduz, para os Municípios existentes em 1940, resultados inéditos dos censos demográfico e agrícola, realizados em 1.º de setembro daquele ano, com várias discriminações que bem caracterizam cada assunto.

Das Sinopses dos Municípios das Capitais consta uma outra parte, especial, em que figuram dados periodicamente divulgados no "Boletim Estatístico" editado pelo I.B.G.E., sob o título "Estatísticas dos Municípios das Capitais". Os elementos nelas apresentados abrangem o triênio 1944-1946.

Entregando ao público as Sinopses Estatísticas Municipais, o I.B.G.E. acredita estar iniciando uma fase de atividades destinada a prestar ao país, em geral, e aos municípios em particular, um serviço de apreciável alcance cultural, dentro da esfera de suas atribuições.

#### CONVENÇÕES

%	Os números percentuais que figuram neste volume se referem à relação existente entre os resultados do Município e os do Estado.
...	O dado é desconhecido, não implicando, porém, a afirmativa de que o fenômeno existe.
—	O fenômeno não existe.
0 — 0,0 — 0,00	O fenômeno existe, sendo sua expressão, porém, tão pequena que não atinge a unidade adotada no quadro.

I Parte

Aspectos Históricos e Geográficos

# ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

## EVOLUÇÃO SOCIAL

O desbravamento do território do atual Município de Trajano de Moraes, cuja área se prolonga por 541 km<sup>2</sup> (quinqüênio 1944-1948), ao que as notícias conhecidas induzem a crer, teve seu início na primeira metade do século XIX.

Sabe-se que o primeiro núcleo populacional surgido nessa ocasião se formou em torno de uma capela dedicada ao culto de São Francisco de Paula, erguida, em suas terras, em princípios do século citado, recebendo o predicamento de curato por força da Lei n.º 218, de 27 de maio de 1840, cujo art. 1.º estava assim redigido: "A capella de São Francisco de Paula, no municipio de Cantagallo, é declarada capella curada."

Milliet de Saint-Adolphe, em seu "Dicionário Geográfico-Histórico do Império do Brasil", diz-nos que a referida capela se situava em pequeno planalto e que as lavouras existentes nas suas redondezas tinham no café a cultura preferida, "sendo entretanto o terreno bastante fértil, e produzindo perfeitamente todos os cereais, algodão, fumo e cana de açúcar".

Passados alguns anos, após o reconhecimento do curato, em virtude do progresso agrícola verificado na região, nova honraria foi concedida à localidade por força da Lei n.º 400, de 20 de maio de 1846, cujo texto era o seguinte: "O curato de São Francisco de Paula, do municipio de Cantagallo, é elevado á — freguezia — sob a invocação do mesmo santo e conservando os limites que actualmente tem."

Em 24 de outubro de 1861, em virtude da elevação da freguesia de Santa Maria Madalena à categoria de Município, a freguesia de São Francisco de Paula foi desmembrada de Cantagalo e incorporada, juntamente com a de São Sebastião do Alto, ao território da nova comuna fluminense.

Por essa época, já as lavouras da freguesia apresentavam desenvolvimento assaz promissor, destacando-se, entre as demais, a do café, trabalhada em sua quase totalidade pelo braço do negro escravizado.

Com o advento da Lei Áurea, em 1888, muito sofreu a região. A abolição da escravatura foi, sem dúvida, o fator essencial do estacionamento e mesmo decadência de suas lavouras. Os fazendeiros da freguesia de São Francisco de Paula, como aliás os de todo o território fluminense, e mesmo brasileiro, não estavam em condições de receber a emancipação dos escravos, sem sofrer forte abalo nos alicerces de sua economia.

Os escravos, tão cedo se viram libertados, procuraram, na sua maioria, fugir do lugar onde tão mal tinham vivido em cativeiro, buscando outras terras em que comesçassem nova vida. Tentaram, ainda, os senhores de terras substituí-los pelo elemento estrangeiro, mas a sua arrogância escravocrata e o cansaço do solo não constituíram fatores favoráveis a seus intuitos.

E assim, sob a ação de uma crise de braços para suas lavouras, com graves reflexos na sua economia, chegou a freguesia de São Francisco de Paula ao Período Republicano, no comêço do qual, o Govêrno, com o intuito de amparar os interêsses da região, promoveu a sua elevação a Município. Visando facilitar a sua administração e conseguir uma rápida solução para seus angustiosos problemas, a Assembléia Estadual votou o Decreto que tomou o n.º 178, datado de 12 de março de 1891, o qual estipulou em seu art. 1.º: “Fica creado o —

Município de São Francisco de Paula — cuja séde será a freguezia do mesmo nome, que é elevada á categoria de — villa.”

Consta que as terras destinadas á construção dos edificios públicos da novel municipalidade foram doados pelo cidadão Joaquim da Silva Freire.

Passados alguns anos, como permanecesse estacionário o progresso da vila, os habitantes do Município começaram a dar preferêncía a nova povoação que se formava ao redor da Estação da Estrada de Ferro, denominada Trajano de Moraes. Com tal rapidez se desenvolveu essa nova localidade, que o Govêrno, por efeito da Lei n.º 1234, de 18 de janeiro de 1915, resolveu transferir a sede da comuna de São Francisco de Paula para êsse lugar. Essa Lei estava assim redigida: “Art. 1.º — Fica transferida a séde do municipio de São Francisco de Paula para a — Estação Trajano de Moraes —, restabelecidos os seus limites nos têrmos do Decreto n.º 1, de 8 de Maio de 1892, devendo o Poder Executivo dar as compensações que julgar convenientes.”

Entretanto, essa mudança não se fêz com facilidade. Várias circunstâncias de caráter administrativo forçaram o Govêrno a lançar novo decreto, o de n.º 1 445, de 31 de julho de 1915, no qual: “O Presidente do Estado do Rio de Janeiro:

Considerando que tem surgido desintelligencia na execução da Lei n.º 1234, de 18 de janeiro de 1915, que transferiu a séde do Município de São Francisco de Paula para a Estação de Trajano de Moraes no logar denominado — Ventania —, e estabeleceu ahi novas divisas, entre este municipio e o de Santa Maria Magdalena;

Considerando que essas desintelligencias teem perturbado as relações de harmonia entre os referidos municipios e tambem a ordem civil, judiciaria e de tributação constitucional de cada um delles;

Considerando que cumpre ao Poder Executivo por disposição expressa da mencionada lei n.º 1234, de 18 de Janeiro findo, dar as compensações a Magdalena pela faixa do territorio que ella perdeu em Ventania:

Decreta:

Art. 1.º — Fica pertencendo a São Francisco de Paula todo o povoado de Ventania, comprehendidas precisamente as vertentes que dão para o dito povoado até os terrenos dos herdeiros de Francisco Genuncio inclusive, e as propriedades rurais do espolio de D. Darcilia Marques de Moraes.

Art. 2.º — A séde do 4.º districto de Santa Maria Magdalena fica transferida para a “Estação Dr. Loretti”.



Art. 3.º — O Município de São Francisco de Paula assume a responsabilidade da dívida que tem o município de Santa Maria Magdalena para com o Estado.”

Mesmo assim não cessaram as atribuições dos administradores de São Francisco de Paula. Forçados por várias circunstâncias, inclusive de ordem política, viram-se êles na contingência de pleitear nova mudança da sede para o Município. Foi assim que, por efeito do artigo 5.º da Lei n.º 1 633, datada de 18 de novembro de 1919, foi transferida “a sede do município de São Francisco de Paula para o povoado denominado “Aurora” onde se acha a Estação de Visconde de Imbé, actual sede do 2.º districto”.

Em 31 de outubro de 1921, a povoação de “Aurora”, nova sede do Município, foi elevada à categoria de vila.

Pouco tempo, porém, gozou essa localidade das prerrogativas de ser o núcleo dirigente da comuna.

Dois anos após ter sido esbulhada de seu título, a povoação de Trajano de Moraes reconquistou-o, por força da Lei n.º 1 790, de 27 de dezembro de 1923, cujo artigo 2.º estipulava: “A sede do município de São Francisco de Paula fica transferida para “Trajano de Moraes”, cujo povoado fica elevado á categoria de Villa.”

Em 1929 a vila de Trajano de Moraes, sede do Município de São Francisco de Paula, recebeu foros de cidade por força do Decreto n.º 2 335, de 27 de dezembro desse ano, pelo qual tôda sede do Município deveria ser considerada cidade.

Vemos assim que essa medida refletiu mais um desejo de sistematização burocrática do que um progresso real que se tivesse verificado na localidade.

Em 31 de março de 1938, o Município teve o seu topônimo alterado para “Trajano de Moraes”, denominação que até hoje conserva.

Suas lavouras, passado o período agudo de crise que atravessaram com o advento da Abolição, vêm-se refazendo, se bem que lentamente. A produção de café tem decaído, mas, em compensação, outras lavouras e a pecuária têm sido incrementadas. O movimento de seu comércio vem surgindo nos últimos tempos, e suas indústrias começaram a firmar-se. Pelo labor de seus filhos, Trajano de Moraes procura melhorar sua situação perante as demais unidades fluminenses.

## EVOLUÇÃO POLÍTICA

*Formação Administrativa:* — A freguesia de São Francisco de Paula foi criada por Lei provincial n.º 400, de 20 de maio de 1846, sendo elevada a vila por força do Decreto estadual n.º 178, de 12 de março de 1891, com sede na freguesia de mesmo nome e território desmembrado do Município de Santa Maria Magdalena. A sua instalação ocorreu a 25 de abril de 1891.

Por Decreto estadual n.º 1-A, de 3 de junho de 1892, foi criado no Município de São Francisco de Paula o distrito de Ventania, com sede na povoação de Trajano de Moraes.

Segundo a divisão administrativa referente ao ano de 1911, o Município de São Francisco de Paula se compõe de 4 distritos: São Francisco de Paula, Ventania, Santa Maria do Rio Grande e Ponte da Grama.

Por força da Lei estadual n.º 1234, de 18 de janeiro de 1915, a sede do Município de São Francisco de Paula foi transferida para a povoação de Trajano de Morais.

Em virtude da Lei n.º 1633, de 18 de novembro de 1919, a sede do Município de São Francisco de Paula foi transferida para a povoação de Aurora, na estação de Visconde de Imbé, tendo retornado à povoação de Trajano de Morais por força da Lei n.º 1790, de 27 de dezembro de 1923, que ainda elevou à categoria de vila esta última povoação.

A vila de Trajano de Morais recebeu foros de cidade por efeito da Lei estadual n.º 2 335, de 27 de dezembro de 1929.

Segundo a divisão administrativa do ano de 1933, o Município de São Francisco de Paula, que tem a sede em Trajano de Morais, se compõe de 5 distritos: Trajano de Morais, Visconde de Imbé, Dr. Elias, Ponte da Gama e Sodrelândia.

De acôrdo com as divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o Município de São Francisco de Paula, ainda com sede em Trajano de Morais, é constituído de 6 distritos: Trajano de Morais, Visconde de Imbé, Dr. Elias, Ponte da Grama, Sodrelândia e Monte Café.

No quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 392-A, de 31 de março de 1938, o Município de Trajano de Morais (ex-São Francisco de Paula) permanece com 6 distritos: Trajano de Morais, Dr. Elias, Ponte da Grama, Sodrelândia, Visconde de Imbé e Monte Café, assim permanecendo no quadro territorial fixado pelo Decreto estadual n.º 641, de 15 de dezembro de 1938, para vigorar no quinquênio 1939-1943.

Na divisão territorial fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 1056, de 31 de dezembro de 1943, para vigorar no quinquênio 1944-1948, o Município de Trajano de Morais ficou composto de 5 distritos: Trajano de Morais, Dr. Elias, Ponte da Grama, Sodrelândia e Visconde de Imbé.

**Formação Judiciária:** — A comarca de São Francisco de Paula foi criada por força do Decreto n.º 1 183, de 4 de novembro de 1913, constituída do termo de mesmo nome.

Segundo as divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o termo de São Francisco de Paula (com sede em Trajano de Morais) é o único componente da comarca de São Francisco de Paula.

De acôrdo com o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 392-A, de 31 de março de 1938, o termo de São Francisco de Paula, que passou a denominar-se Trajano de Morais, está subordinado à comarca de Trajano de Morais (ex-São Francisco de Paula).

No quadro territorial para o quinquênio 1939-1943, fixado pelo Decreto estadual n.º 641, de 15 de dezembro de 1938, o termo de Trajano de Moraes está classificado na comarca de Santa Maria Madalena, assim permanecendo no quadro da divisão territorial fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 1 056, de 31 de dezembro de 1943, para vigorar no quinquênio 1944-1948.

### DISTRITOS COMPONENTES

- |                      |                     |
|----------------------|---------------------|
| 1. Trajano de Moraes | 4. Sodrelândia      |
| 2. Doutor Elias      | 5. Visconde de Imbé |
| 3. Ponte da Grama    |                     |

### DESCRIÇÃO DO TERRITÓRIO

O solo municipal de Trajano de Moraes apresenta aspecto relativamente montanhoso, sendo suas principais elevações as serras denominadas Deitado, Crubixais (Moreth), Carocango, Boa Vista, Imbé e das Almas.

O clima do Município é, em geral, salubre e bastante ameno e agradável, sobretudo nas regiões elevadas.

Formam o sistema hidrográfico do território municipal os seguintes rios: Macabu, cujas nascentes se localizam no distrito de Ponte da Grama, tendo por afluentes os córregos: Lama Preta, São Joaquim e Boa Esperança; Imbé, e Grande, que demarca os limites intermunicipais com Cantagalo e São Sebastião do Alto, dos quais são tributários os ribeirões Bonança e Passos, além de outros menores.

Trajano de Moraes conta as seguintes quedas d'água: Barro Alto, situada no lugar denominado Barro Alto, com 17 m de altura aproveitada e 0,385 m<sup>3</sup>/s de descarga utilizada; Cafofo, Bonança, Grama, São Bento e a de Graças a Deus, que é das mais belas cachoeiras do Município.

Das quedas d'água acima referidas, somente a de Barro Alto é devidamente aproveitada.

Nas extensas matas que recobrem o terreno municipal abundam madeiras para diversos fins, as quais, depois de extraídas, são exportadas para outras unidades municipais, sendo o cedro das mais preferidas.

O Município em aprêço é relativamente pobre no tocante ao reino animal.

A fauna terrestre é representada por alguns espécimes, tais como: pacas, tatus, coelhos, macacos, capivaras, onças, porcos-do-mato, veados, etc.

### BIBLIOGRAFIA

- 1) "Regimento das Camaras Municipais ou Lei de 1.º de Outubro de 1828", João Baptista Cortines Laxe — B.S. Garnier, Livreiro — Editor — 1885.
- 2) "Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil", Alfredo Moreira Pinto, — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, D.F., — 1894.

- 3) "Legislação sobre os Municípios, Comarcas e Distritos", Desiderio Luiz de Oliveira Junior — Tip. Jornal do Comércio, de Rodrigues & Cia., Rio de Janeiro, D.F., — 1926.
- 4) "Cultura de Café no Brasil" — Volume III — Departamento Nacional do Café — 1945.
- 5) "Divisão Administrativa da República dos Estados Unidos do Brasil em 1911" — Diretoria do Serviço de Estatística (Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio) — 1913.
- 6) "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio" — n.º 19 — março de 1936.
- 7) "Sinopse Estatística do Estado n.º 2 (Estado do Rio de Janeiro) — Niterói (Separata, com acréscimos, do Anuário Estatístico do Brasil — Ano III — 1937)" — 1938.
- 8) "Sinopse Estatística do Estado n.º 3 (Estado do Rio de Janeiro) — Niterói (Separata, com acréscimos, do Anuário Estatístico do Brasil — Ano IV — 1938)" — 1939.
- 9) Divisão Territorial dos Estados Unidos do Brasil (1939-1943)" — Serviço Gráfico do I.B.G.E. — 1942.
- 10) Documentação Municipal do I.B.G.E.



II Parte  
Alguns Resultados Estatísticos  
1 9 4 5

## ALGUNS RESULTADOS ESTATÍSTICOS — 1945

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS		
	Município	Estado	%
PRODUÇÃO (1)			
<b>PRODUÇÃO AGRÍCOLA</b>			
Culturas temporárias			
Área cultivada (ha).....	6 016	279 769	2,15
Valor da produção (Cr\$).....	(2) 3 732 045	428 941 389	0,87
Culturas permanentes			
Área cultivada (ha).....	3 476	91 850	3,78
Valor da produção (Cr\$).....	(3) 5 097 600	218 247 934	2,34
<b>PRODUÇÃO DE CARNE</b>			
Número de cabeças abatidas			
Bovinos.....	747	265 900	0,28
Suínos.....	2 604	121 938	2,14
Ovinos.....	9	4 754	0,19
Caprinos.....	61	12 864	0,47
Quantidade de carne produzida (kg)			
Bovinos.....	134 460	39 943 387	0,34
Suínos.....	63 757	2 830 490	2,25
Ovinos.....	135	72 069	0,19
Caprinos.....	610	128 969	0,47
Valor de carne produzida (Cr\$)			
Bovinos.....	604 728	168 150 679	0,36
Suínos.....	360 752	18 866 377	1,91
Ovinos.....	405	323 358	0,13
Caprinos.....	1 647	621 730	0,26
<b>TRANSPORTES</b>			
<b>TRANSPORTE RODOVIÁRIO</b>			
Veículos a motor.....	55	10 033	0,55
Veículos a força animada.....	46	25 383	0,18
<b>TRANSPORTE FERROVIÁRIO (4)</b>			
Estações.....	3	317	0,95
Paradas.....	1	174	0,57
Postos telegráficos.....	—	28	—
Estribos.....	—	24	—

(1) Consideradas somente as produções apuradas pelo Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura. —

(2) Principalmente: Milho (Cr\$ 1 760 000); Feijão (Cr\$ 822 750); Batata Inglesa (Cr\$ 303 975); Mandioca (Cr\$ 191 700). — (3) Principalmente: Café beneficiado: (Cr\$ 4 590 000); Banana (Cr\$ 433 200). — (4) Servido pela Leopoldina Railway.

## ALGUNS RESULTADOS ESTATÍSTICOS — 1945

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS		
	Município	Estado	%

## AGÊNCIAS DO DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

Agências postais.....	6	300	2,00
Agências postais-telegráficas.....	—	55	—
Outras agências.....	1	36	2,78

## MELHORAMENTOS URBANOS DAS SEDES MUNICIPAIS (1)

Logradouros públicos.....	15	2 813	0,53
Dos quais, iluminados a eletricidade.....	13	1 900	0,68
Iluminação domiciliar a eletricidade (ligações domiciliares).....	117	79 408	0,15
Abastecimento d'água (prédios abastecidos).....	161	61 338	0,26
Esgotos sanitários (prédios esgotados).....	120	35 078	0,34

## ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA (2)

Hospitais, casas de saúde, etc.			
Estabelecimentos.....	1	156	0,64
Leitos.....	31	5 794	0,54
Centros, postos de saúde, etc. (estabelecimentos).....	1	145	0,69

## ENSINO PRIMÁRIO FUNDAMENTAL COMUM

Unidades escolares.....	23	1 635	1,41
Corpo docente.....	39	3 851	1,01
Matrícula geral.....	1 722	162 267	1,06
Matrícula efetiva.....	1 321	138 560	0,95
Frequência.....	915	100 700	0,91
Aprovações em geral.....	397	51 330	0,77
Conclusões de curso.....	40	6 730	0,59

## BIBLIOTECAS, PERIÓDICOS E DIVERSÕES (1)

Bibliotecas públicas e semipúblicas.....	—	82	—
Jornais e outros periódicos.....	—	90	—
Cinemas, teatros e cine-teatros.....	2	114	1,75

(1) Dados sujeitos a retificação. — (2) O quadro registra dados provisórios relativos a estabelecimentos civis e militares.

## ALGUNS RESULTADOS ESTATÍSTICOS — 1945

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS		
	Município	Estado	%
REPRESENTAÇÕES DOS ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO (1)			
Banco do Brasil.....	1	25	4,00
Caixa Econômica Federal.....	—	14	—
Caixa Econômica Estadual.....	—	—	—
FINANÇAS MUNICIPAIS (Cr\$)			
RECEITA ORÇADA PARA 1945			
ORDINÁRIA, TOTAL.....	129 900	70 806 088	0,18
Tributária, total.....	120 600	60 343 945	0,20
Total.....	109 000	45 780 670	0,24
Impostos {			
Predial.....	13 000	20 034 265	0,06
Indústrias e profissões.....	40 000	6 649 765	0,60
Outros.....	56 000	19 096 640	0,29
Taxas.....	11 600	14 563 275	0,08
Patrimonial.....	2 500	1 595 886	0,16
Industrial.....	4 800	5 800 307	0,08
Receitas diversas.....	2 000	3 065 950	0,07
EXTRAORDINÁRIA.....	20 100	19 408 612	0,10
<b>TOTAL DA RECEITA.....</b>	<b>150 000</b>	<b>90 214 700</b>	<b>0,17</b>
DESPESA FIXADA PARA 1945			
Administração geral.....	34 120	7 006 490	0,49
Exação e fiscalização financeira.....	29 700	10 018 536	0,30
Segurança pública e assistência social.....	12 640	6 035 972	0,21
Educação pública.....	12 200	6 120 432	0,20
Saúde pública.....	8 330	8 634 064	0,10
Fomento.....	1 100	578 877	0,19
Serviços industriais.....	—	2 259 426	—
Dívida pública.....	—	13 117 174	—
Serviços de utilidade pública.....	42 270	30 447 554	0,14
Encargos diversos.....	9 640	5 996 175	0,16
<b>TOTAL DA DESPESA.....</b>	<b>150 000</b>	<b>90 214 700</b>	<b>0,17</b>

FONTES — Sistema Regional e Órgãos Federais de Estatística.

(1) Os dados referem-se apenas às representações do Banco do Brasil e das Caixas Econômicas Federais e Estaduais. As demais instituições bancárias não foram motivo de inquérito para esta Síntese.



III Parte  
Principais Resultados Censitários  
I-IX-1940

## PRINCIPAIS RESULTADOS CENSITÁRIOS — I-IX-1940

A população da sede municipal representava 3,96% da população total do Município. A densidade demográfica do Município foi calculada em 35,19 habitantes por km<sup>2</sup>.

## I — CENSO DEMOGRÁFICO

## 1. População por distritos

DIVISÃO DISTRITAL	POPULAÇÃO DE FATO		
	TOTAL	Segundo a localização	
		Urbana e suburbana	Rural
1. Trajano de Morais.....	4 241	728	3 513
2. Doutor Elias.....	1 782	32	1 750
3. Monte Café.....	1 985	—	1 985
4. Ponte da Grama.....	4 831	58	4 773
5. Sodrelândia.....	1 936	135	1 801
6. Visconde do Imbé.....	3 629	307	3 322

## 2. Principais características da população

CARACTERES E PRINCIPAIS MODALIDADES	POPULAÇÃO DE FATO		
	Município	Estado	%
<b>TOTAL</b> .....	18 404	1 847 857	1,00
<b>Localização</b>			
Urbana e suburbana.....	1 260	693 201	0,18
Rural.....	17 144	1 154 656	1,48
<b>Sexo</b>			
Homens.....	9 389	933 439	1,01
Mulheres.....	9 015	914 418	0,99
<b>Idade</b>			
De 0 a 6 anos.....	4 172	394 555	1,06
De 7 a 14 anos.....	4 483	401 155	1,12
De 15 a 19 anos.....	2 051	195 413	1,05
De 20 a 59 anos.....	7 016	778 475	0,90
De 60 e mais anos.....	665	76 629	0,87
De idade ignorada.....	17	1 630	1,04
<b>Estado conjugal</b>			
Solteiros.....	13 124	1 267 412	1,04
Casados.....	4 464	487 516	0,92
Separados, desquitados, divorciados.....	55	2 505	2,20
Viúvos.....	757	89 002	0,85
De estado conjugal não declarado.....	4	1 422	0,28

## PRINCIPAIS RESULTADOS CENSITÁRIOS — I-IX-1940

## I — CENSO DEMOGRÁFICO

## 2. Principais características da população

CARACTERES E PRINCIPAIS MODALIDADES	POPULAÇÃO DE FATO		
	Município	Estado	%
<b>Nacionalidade</b>			
Brasileiros natos.....	18 148	1 808 885	1,00
Brasileiros naturalizados.....	59	4 010	1,47
Estrangeiros.....	193	34 724	0,56
De nacionalidade não declarada.....	4	238	1,68
<b>Instrução (1)</b>			
Sabem ler e escrever.....	4 723	662 958	0,71
Não sabem ler nem escrever.....	10 428	885 969	1,18
De instrução não declarada.....	234	11 206	2,09
<b>Religião</b>			
Católicos romanos.....	16 879	1 712 733	0,98
De outras religiões.....	1 361	121 158	1,12
Sem religião.....	33	5 364	0,62
De religião não declarada.....	131	8 602	1,52
<b>Atividades principais (2)</b>			
Agricultura, pecuária, silvicultura.....	5 834	342 398	1,70
Indústrias extrativas.....	14	12 796	0,11
Indústrias de transformação.....	272	87 620	0,31
Comércio de mercadorias.....	136	36 683	0,37
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização.....	4	2 196	0,18
Transportes e comunicações.....	93	34 171	0,27
Administração pública, justiça, ensino público...	84	18 919	0,44
Defesa nacional, segurança pública.....	7	8 837	0,08
Profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada.....	13	5 506	0,24
Serviços, atividades sociais.....	183	42 889	0,43
Atividades domésticas, atividades escolares.....	5 086	560 881	0,91
Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas.....	769	145 226	0,53

FONTE — Serviço Nacional de Recenseamento..

(1) População de 5 anos e mais. — (2) População de 10 anos e mais.

## PRINCIPAIS RESULTADOS CENSITÁRIOS — I-IX-1940

## II — CENSO AGRÍCOLA

ESPECIFICAÇÃO	RESULTADOS		
	Município	Estado	%
<b>Estabelecimentos recenseados</b>			
Número .....	584	48 389	1,21
Área (ha)			
<b>Total</b> .....	<b>45 048</b>	<b>3 316 043</b>	<b>1,36</b>
Cultivada.....	11 776	717 753	1,64
Em matas.....	7 824	645 883	1,21
Em pastagens.....	14 500	1 223 825	1,18
Outras (1).....	10 948	728 582	1,50
Valor total (Cr\$ 1 000) (2).....	16 067	1 268 128	1,27
Pessoal ocupado (permanente).....	30 139	454 218	0,63
Valor da produção em 1939 (Cr\$ 1 000)			
<b>Total</b> .....	<b>3 546</b>	<b>234 772</b>	<b>1,51</b>
Agrícola.....	2 490	162 284	1,53
Extrativa.....	83	12 733	0,65
Animal e produtos animais.....	973	59 755	1,63
<b>Gado recenseado (cabeças)</b>			
Bovino.....	9 432	721 515	1,31
Equino.....	1 411	89 191	1,58
Asinino e mular.....	770	32 830	2,35
Suíno.....	7 860	324 057	2,43
Ovino.....	171	16 188	1,06
Caprino.....	1 699	44 790	3,79
Aves.....	52 258	2 463 423	2,12

FONTE — Serviço Nacional de Recenseamento.

(1) Referem-se a terras improdutivas e a terras inaproveitadas. — (2) Inclusive benfeitorias.